

Nota Prévia

Manuel Miguéns*

Apesar dos esforços desenvolvidos ao longo dos últimos 30 anos e da evolução positiva de alguns indicadores, no sentido de se recuperar o atraso que nos separa dos outros países europeus em matéria de educação/formação, estamos ainda aquém dos níveis desejados e das metas traçadas para 2010. A escolaridade obrigatória de nove anos prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo, ainda não foi plenamente atingida. Muitos jovens completam 16 anos sem terem concluído a escolaridade básica e muitos dos que frequentam o ensino secundário abandonam os estudos sem obterem o respectivo certificado.

As elevadas taxas de insucesso e de abandono escolar precoce, bem como a heterogeneidade que hoje caracteriza a sociedade portuguesa e a população escolar, exigem a tomada de medidas em vários domínios. O apoio ao processo de aprendizagem dos alunos do ensino básico, no sentido de garantir que todos adquirem os saberes básicos que lhes permitirão prosseguir noutras formações, a criação de uma rede integrada de ofertas de educação/formação acessível em todo o país, ou a existência de recursos humanos devidamente qualificados para acompanhar os jovens nos seus processos de escolha e de orientação escolar e profissional e de transição para a vida activa são exemplos dessas medidas.

A iniciativa Novas Oportunidades, lançada no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico, visa dar um novo impulso ao esforço de qualificação da população portuguesa. Tendo por objectivo acelerar os ritmos de progressão dos níveis de escolarização secundária da referida população, a iniciativa desenvolve-se em dois eixos de intervenção, um dirigido à qualificação dos jovens e outro à qualificação dos adultos, pressupondo uma articulação entre as políticas de educação e de formação.

Enquanto o primeiro eixo aposta na oferta de ensino profissionalizante de dupla certificação (escolar e profissional) estabelecendo o 12.º ano como o patamar mínimo para a formação dos jovens que concluem um percurso

* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

de educação/formação, o segundo eixo pretende dar uma nova oportunidade aos que já ingressaram no mercado de trabalho sem terem concluído o 12.º ano, através da oferta de um conjunto de cursos de educação e formação de adultos e do alargamento da rede do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Ao proporcionar mais formação a uma importante faixa da população portuguesa, este Programa aposta igualmente no desenvolvimento pessoal dos cidadãos com vista a uma maior participação cívica, no pressuposto de que só a elevação dos níveis de formação poderá contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural do país.

O Seminário “*Políticas de Educação/Formação: Estratégias e Práticas*” constituiu-se como uma oportunidade para que os diferentes actores que intervêm nos sistemas de educação e de formação partilhassem e debatessem as suas ideias sobre o modo de concretizar a estratégia agora enunciada. Ao associar-se a esta iniciativa, o CNE reafirmava algumas das orientações expressas nos seus pareceres sobre esta matéria, nomeadamente, a necessidade de diversificação da oferta de formação de nível secundário, por forma a garantir a todos os jovens percursos escolares e de formação mais longos, mas, sobretudo, mais adequados aos interesses e projectos de vida de cada um, bem como o reconhecimento das competências adquiridas como meio de valorização individual e como forma de potenciar a procura de mais e melhor formação.

A melhoria da qualificação dos portugueses é hoje, e cada vez mais, entendida como um objectivo crucial para o País que convoca cada cidadão e a sociedade no seu todo, no sentido de se mobilizarem esforços e recursos que permitam almejar resultados significativos num período tão curto quanto possível. Daí que esta importante e difícil tarefa exija a responsabilidade e o envolvimento de todos. As famílias, as escolas e as organizações da sociedade civil deverão contar com o empenhamento particular das autarquias locais e do poder central no apoio à procura dos caminhos e das soluções adequadas, na disponibilização dos meios e dos recursos necessários à consecução de tão relevante objectivo.

O livro que ora se apresenta traz a público as conferências, as comunicações e os debates havidos nesse seminário que o CNE organizou em estreita colaboração com o Gabinete da Ministra da Educação, aquando do lançamento do Programa NOVAS OPORTUNIDADES.

Nas duas conferências que antecederam as comunicações e os painéis de debate tivemos oportunidade de ouvir o Professor Carlos Zorrinho, coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, e o Professor Joaquim Coimbra, da Universidade do Porto. Enquanto o primeiro defendeu uma estratégia global de desenvolvimento sustentado, baseada numa economia do conhecimento e em valores humanistas que apostem, essencialmente, na formação dos recursos humanos, o segundo centrou a sua reflexão na análise do programa Novas Oportunidades, dando particular destaque à preparação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento desta iniciativa, aos destinatários da mesma e à importância da formação adquirida fora dos contextos formais.

No primeiro painel de debate, subordinado ao tema *Desenvolvimento e Aplicação de Políticas de Educação e Formação*, para além dos objectivos do programa Novas Oportunidades, que aposta na formação de dupla certificação para qualificar jovens e activos, foi-nos apresentado um histórico das políticas de educação de adultos em Portugal nos últimos 30 anos e a influência dos pareceres do CNE na definição dessas políticas, tendo sido destacada a falta de visão estratégica, que tem travado o desenvolvimento de alguns projectos nesta área, e a necessidade de encarar a educação de adultos como um projecto de sociedade que envolva as diversas entidades de cada território (escolas, autarquias, centros de emprego e empresas).

O segundo painel – *Percursos de educação/formação em contextos de acentuada diversidade* – pôs em evidência experiências concretas de formação profissional que resultaram de uma acção concertada dos diferentes actores locais envolvidos, assim como a importância dos métodos e processos adoptados para a promoção da qualidade da educação/formação.